UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

JACKELINE DOS SANTOS SOUZA

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL

SÃO CRISTÓVÃO-SE
DEZEMBRO, 2010

JACKELINE DOS SANTOS SOUZA

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, orientada pela Professora Doutora Verônica dos Reis Mariano Souza.

ORIENTADORA:

Professora Doutora Verônica dos Reis Mariano Souza.

SÃO CRISTÓVÃO-SE
DEZEMBRO, 2010

JACKELINE DOS SANTOS SOUZA

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, orientada pela Professora Doutora Verônica dos Reis Mariano Souza.

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

VERÔNICA DOS REIS MARIANO SOUZA

Universidade Federal de Sergipe – UFS

MARGARIDA MARIA TELES

Universidade Federal de Sergipe - UFS

ANNE ALILMA S. SOUZA FERRETE

Universidade Federal de Sergipe – UFS

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, o Deus do impossível que mais uma vez me ajudou e cuidou de mim durante toda a vida acadêmica, me dando força e determinação para alcançar os meus objetivos.

Aos meus amáveis pais José Augusto e Cacilda, que no decorrer da minha vida me proporcionaram, além de extenso carinho e amor, os conhecimentos da integridade da perseverança e de procurar sempre em Deus a força maior para o meu desenvolvimento como ser humano. Por essa razão gostaria de dedicar e reconhecer a vocês, minha imensa gratidão e eterno amor.

As minhas irmãs Jossimária, Natália e Natally. Amo vocês de verdade!

Aos meus maravilhosos avós maternos Máximo Barbosa e Florentina que sempre me deram atenção, carinho e preciosos conselhos e aos meus avós paternos João de Souza e Josefa (in memory) pelo amor recebido.

Aos meus tios, primos, padastro, enfim toda a minha família, amigos e irmãos em Cristo que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

Ao meu namorado Alex Correia, pelas palavras de incentivo. Te amo meu amor.

Meu agradecimento especial as minhas colegas que se tornaram grandes amigas (Ticianne, Lícia, Mônica e Isabelle). Conto sempre com vocês!

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial a Prof. Dr. Verônica dos Reis Mariano Souza, pela orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A todos vocês, meu muito carinho e obrigado!

DEDICATÓRIA

A Deus, autor e consumador da nossa fé. Sei que todos os acontecimentos, as oportunidades concedidas e a concretização deste enorme sonho, só pôde ser realizado pela sua infinita grandeza. Sou grata a ti, Senhor por tudo que tens feito na minha vida.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Cacilda e José Augusto, as minhas irmãs Jossimária, Natália e Natally, aos meus avós, enfim a toda a minha família que me apoiou e me ajudou para que eu chegasse até aqui. Amo todos vocês.

RESUMO

Este estudo analisou o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down na escola de ensino regular, haja visto, que o processo de inclusão encontra-se exatamente em diferenciar da prática da integração, e desafia os sistemas sociais comuns a realizar mudanças fundamentais em seus procedimentos e estruturas. Analisaremos se os educadores desenvolvem práticas pedagógicas e conhecimentos diferenciados para o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down. O processo de inclusão significa o aluno está na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades. Através de observações e elaboração de questionário aplicado aos professores, analisaremos se as práticas desses docentes condizem com que os autores afirmam quanto aos desenvolvimentos desses alunos. Em aspectos gerais, pôde-se concluir que não adiantam ações isoladas, é preciso considerar um conjunto de ações, de investimentos, em que tanto o governo, como escola e família possa se envolver com o propósito de oferecer condições adequadas para que o aluno com Down tenha garantidos os seus direitos. Nesse contexto, fica explícito a relevância do professor que deve ter formação adequada para proporcionar uma educação inclusiva, além da importância dos materiais e estruturadas necessárias para que esse profissional possa desenvolver devidamente suas atividades, efetivando na íntegra atividades pedagógicas benéficas para o processo de todos os alunos, independentes de serem alunos com necessidades educacionais especiais ou não.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Deficiência, Síndrome de Down.

ABSTRACT

This study analyzes the process of inclusion of students with Down Syndrome in mainstream school, given the fact that the inclusion process is just to differentiate the practice of integration, and challenges the common social systems to make fundamental changes in its procedures and structures. Analyze if the educators develop pedagogical practices and expertise to develop differentiated learning of students with Down syndrome. The process of inclusion means the student is in school, participating, learning and developing their potential. Through observations and preparation of the questionnaire given to teachers, to analyze the practices of these teachers are consistent with what the authors say about the developments these students. In general aspects, it was concluded that isolated actions do not advance, we must consider a set of actions, investments, where both the government such as school and family can be involved in order to provide adequate conditions for the student with Down has guaranteed their rights. In this context, it becomes explicit the relevance of the teacher who must have adequate training to provide an inclusive education and the importance of structured and materials necessary for these professionals to develop appropriate activities, accomplishing the full educational activities beneficial to the process of all students are independent learners with special educational needs or not.

Keywords: Inclusive Education, Deficiency, Down syndrome.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO----------9

1 SÍNDROME DE DOWN----------13

1.1 Conceito e Etiologia da Síndrome de Down----------13

2.2 Tipos de trissomia do 21 da Síndrome de Down----------15

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA----------18

2.1 Definindo a Educação Inclusiva ----------18

2.2 Princípios da Ed. Inclusiva ----------22

2.3 Políticas Públicas da Ed. Inclusiva ----------24

3 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR ----------30

3.1 Análise de dados ----------30

3.1.1 Estrutura física da escola----------31

3.1.2 Quadro pessoal da escola ----------32

3.1.3 Relatos das entrevistas ----------32

3.2 Dificuldades enfrentadas pela professora ----------38

3.3 Dificuldades enfrentadas pelo o aluno ----------39

CONSIDERAÇÕES FINAIS----------42

REFERÊNCIAS ----------45

ANEXOS----------48

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades de cuidados especiais é um assunto abrangente, complexo e que recentemente foi implantado nos estabelecimentos de ensino, com resultados positivos e animadores. Nesse contexto, a temática "A inclusão de aluno com Síndrome de Down na escola regular" foi escolhida como objeto de estudo nessa pesquisa pela necessidade de resgatar nossa identidade com quitação social, fazendo da educação uma porta aberta para todos, principalmente àqueles que foram excluídos do sistema de ensino por suas diferenças, sejam elas étnicas, sociais ou com necessidades especiais.

O motivo que levou a escolha desse tema, "A inclusão dos alunos com Síndrome de Down na escola regular de Ensino Fundamental", foram as experiências vivenciadas no estágio extracurricular na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju (APAE), localizada no Bairro Industrial. A partir desse estágio houve o contato com diversas deficiências, entre elas, Síndrome de Down. A Síndrome de Down é decorrente de uma alteração genética ocorrida durante ou imediatamente após a concepção. A alteração genética se caracteriza pela presença a mais do autossomo 21, ou seja, ao invés do indivíduo apresentar dois cromossomos 21, possui três. A esta alteração denominamos trissomia simples.

Segundo Schwartzman (1999), a síndrome trata de uma alteração genética e os indivíduos com a síndrome, embora apresentem algumas dificuldades podem ter uma vida normal e realizar atividades diárias da mesma forma que qualquer outra pessoa. No entanto, podemos encontrar outras alterações genéticas, que causam Síndrome de Down.

Diante do exposto, teve-se uma preocupação especial em pesquisar sobre a criança com Síndrome de Down na sala de ensino regular, uma vez que, o trabalho a ela direcionado deve pautar-se no acolhimento e inserção sem discriminação, e tendo como objetivo propiciar meios para que esse aluno tenha oportunidades de desenvolvimento em sua aprendizagem, tal como os demais. Sendo assim, é preciso pensar e direcionar ações através da proposta de uma educação inclusiva.

A educação inclusiva visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a qual garante a todos o direito à educação, visando o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (REVISTA BRASILEIRA, 2008, p. 498), ou seja, a educação inclusiva é fundamentada no princípio da universalização do acesso à educação para todos os indivíduos,

respeitando as diversidades, pois nela todos devem aprender juntos independentes das dificuldades e das diferenças que apresentam. Segundo Salamanca (1994, p.10),

> As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; adotar com força de lei ou como política, o princípio de educação integrada que permite a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário.

Diante do exposto, o processo de inclusão é algo que requer aprimoramento na formação dos educadores para desenvolver propostas de ensino inclusivo e, também, requer que a unidade escolar se modernize, atendendo às exigências de uma sociedade que não admite preconceitos, descriminação, barreiras entre seres, povos e culturas.

A inclusão de faz necessária para o desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais, as quais se interagem com as pessoas ditas normais. Visando buscar maiores esclarecimentos referente à inclusão de pessoas portadoras de Síndrome de Down em sala de aula procura-se analisar como ocorre à inclusão do aluno de Síndrome de Down na escola regular de ensino. Segundo MEC/SEESP (2001, p. 97),

> Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Corroborando a integração de aluno com Down na sala de aula envolve muitos aspectos, por vezes surgem muitas restrições por parte dos pais, alunos, e até mesmo por alguns professores que recusam-se a aceitar a admissão dos educandos com necessidades especiais. Esse preconceito embutido parte de temores advindos de reflexão levam os pais das crianças “normais” a temerem que os filhos possam ser machucados, e até mesmo os pais da criança com deficiência tem o receio que o seu filho possa sofrer algum tipo de constrangimento.

Ao passar por essa fase de discriminação e receios, é preciso pensar em como realizar a inclusão do aluno com Down na escola. É preciso, por exemplo, saber que música, ritmos, movimentos, cores e atividades lúdicas faz com que esse aluno desenvolva suas capacidades motoras além de possibilitar sua integração. Mas este é um dos primeiros passos, o passo

seguinte é garantir que esse aluno tenha uma sequência de avanços que lhe permita acompanhar em todas as etapas da educação regular, mas que apresente avanços significativos.

Silva (2001, p.2) diz que "a educação de alunos com necessidades educativas especiais tem o mesmo objetivo da educação de qualquer cidadão". Mesmo assim, é preciso que o educador tenha um comprometimento com a inclusão, estimulando os educandos a aumentar sua autoconfiança e diminuindo as barreiras que separam uns dos outros.

Tendo em vista as referências consultadas que abordam a educação de alunos com Síndrome de Down e sua inclusão no espaço escolar, objetivou-se neste trabalho analisar como ocorre a inclusão de um aluno com Síndrome de Down na Escola Estadual Senador José Eduardo Gomes em Aracaju-SE, bem como, especificamente, salientar de que modo o professor desenvolve seu trabalho em sala de aula com a criança que tem Síndrome de Down, além de verificar quais as dificuldades encontradas pelos professores ao ensinar a criança com Síndrome de Down. Por fim, teve-se também por objetivo conhecer o desenvolvimento de aprendizagem nas situações diárias de uma criança com Síndrome de Down.

A problemática desse estudo encontra-se em saber o que estamos oferecendo às crianças com necessidades especiais, neste caso o aluno com Down, com intuito de promover a proposta de uma educação inclusiva? Será que a escola está tomando decisões educacionais acertadas para que a inclusão aconteça? A escola está atingindo o objetivo de levar o aluno ao desenvolvimento educacional adequado?

O campo de pesquisa foi feito na Escola Senador José Eduardo Gomes localizada no Bairro Santo Antônio, na cidade de Aracaju-SE. Os instrumentos utilizados foram: observações em sala de aula e entrevista estruturada com perguntas às professoras da sala de aula e da sala de recursos. O objetivo da entrevista era obter das respondentes os aspectos que elas consideram mais relevantes durante o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, possibilitando um melhor conhecimento da situação a ser analisada, partindo da dimensão individual para entender a dimensão coletiva.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com a abordagem de estudo de caso, segundo Gil (1999, p.72) "é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado". Orientando-se pelas análises de situações concretas, com intuito de identificar os elementos e dimensões relevantes para a integração dos dados empíricos com as categorias teóricas.

O trabalho esta dividido da seguinte forma: a introdução, três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo traz o conceito, a etiologia, os tipos de trissomia 21

da Síndrome de Down. O segundo capítulo aborda o conceito de inclusão e os princípios e as políticas voltadas para a educação inclusiva. O último capítulo traz os relatos das entrevistas feitas as professoras da sala de aula e da sala de recurso, a apresentação das análises de dados, da estrutura física da escola e das dificuldades enfrentadas pelas professoras e pelo aluno com Síndrome de Down.

CAPÍTULO I

1 SÍNDROME DE DOWN

1.1 Conceito e Etiologia da Síndrome de Down

Síndrome de Down é o nome dado ao conjunto de sinais e sintomas determinados por uma alteração cromossômica. Normalmente, temos 46 cromossomos, isto é, 23 pares em cada célula, exceto nas células germinativas do nosso corpo. Os cromossomos são estruturas que contêm as características hereditárias de cada pessoa. Em decorrência de um acidente genético, em que a causa ainda não pode ser determinada com precisão, ocorre uma falha no processo de divisão celular, no momento da concepção. Segundo Shwartzman (1999, p.3) "A síndrome de down é decorrente de um erro genético presente desde o momento da concepção ou imediatamente após [...]".

Ainda não foi esclarecida a causa da Síndrome de Down. Entretanto, alguns fatores são considerados de riscos devido à grande incidência em que gestações na presença destes vem apresentando alterações genéticas. Os fatores de riscos podem ser classificados como endógenos e exógenos. Para Schwartzman (1999) alguns fatores endógenos e exógenos contribuem para a maior ou menor incidência da desordem.

Um dos principais fatores de risco endógenos é a idade da mãe, que em idade avançada apresentam índices bem mais altos de riscos, devido o fato de seus óvulos envelhecem se tornando mais propensos a alterações. Conforme Silva (2002, p.09)

> Um dos fatores endógenos mais freqüentes associados a esta síndrome é a idade da mãe, pois as mulheres já nascem com uma quantidade de óvulos que envelhecem à medida que elas também envelhecem. Portanto, quanto mais velha a mãe, maior será a probabilidade de incidência da Síndrome de Down.

Até o presente momento, não há consenso sobre uma explicação precisa relacionada com a causa determinante e inconfundível da Síndrome de Down. Seria uma enfermidade tão antiga quanto o homem ou um mal da época moderna? O resultado do avanço industrial? Consequência das modificações ocorridas no meio ambiente? Ou apenas a simples

constatação de que o material genético sofre constantes mutações para a evolução da espécie humana?

Voltando à Antigüidade Clássica, pode-se perceber que a história da humanidade baseia-se em relações fundamentadas em um único padrão estético, a partir do qual, dever-se-ia cunhar todo e qualquer ser humano.

No berço da civilização universal, ou seja, nas civilizações européias, de uma forma geral, os deficientes sempre foram considerados inúteis e dispensáveis ao mundo e, por isso, para Werneck (1999), povos como os gregos espartanos deixavam seus bebês, recém-nascidos deficientes físicos e mentais, abandonados no deserto, já que, sua cultura estava fundamentada em um modelo estético que privilegiava a perfeição da beleza física em detrimento de outras capacidades, mesmo a intelectual.

Os índios, por sua vez, por um lado, consideram todos deficientes, principalmente os mentais, como enviados divinos, como anjos especiais talvez e por isso, dispensam-lhes todo o respeito e adoração devidos. Por outro lado, se nasce um deficiente físico, na maioria das tribos, é morto por inanição, porque os índios não acreditam que esses especiais seres sobrevivam à realidade que terão que enfrentar, tornando-se apenas um "peso" para a tribo, Diz Werneck (1999, p. 58), "[...] até o século XIX os deficientes mentais eram vistos como um único grupo homogêneo, sem se levar em conta as causas da deficiência, o que concitava em medicamentar esses pacientes de forma linear e igual".

A partir de 1886, Jonh Langdon Down (cientista inglês), detectou diferenças em algumas crianças, que embora filhas de europeus, tinham características incomuns as outras, como cabelos amarronzados, ralos e lisos, traços semelhantes aos da raça mongólica, dotados de uma notável capacidade de imitar, além de serem muito parecidos entre si.

Ao final do século XIX outros cientistas, pela Europa, acrescentaram novas constatações ao diagnóstico da síndrome, como incidências de problemas cardíacos e a ligeira curvatura do dedo mínimo.

O motivo da grande resistência às afirmações de John L. Down, ressalta Werneck (1995) tem a ver com a época em que a história científica e da humanidade, orientava-se sob a luz darwinista e sendo assim, este grupo de pessoas deficientes mentais de traços semelhantes aos dos asiáticos estavam, de alguma forma, regredindo a um tipo racial primitivo e por isso receberam a denominação de "Mongolian idiots" – no Brasil chegou como idiotas mongolóides.

A partir deste período, início do século XX, tentou-se encontrar as causas da Síndrome de Down, como consequência da Sífilis; infecções diversas; casamentos consanguíneos; abortos; Raios-X; emoções fortes.

Com os avanços tecnológicos, na área genética, o cientista francês Jerome Lejeune pôde descobrir a verdadeira causa da Síndrome de Down e em 1958: 47 cromossomos agrupados em 23 pares sendo um par de três cromossomos, mais precisamente o par 21. Para Werneck, (1995) daí ser considerado um acidente genético, que pode acontecer com qualquer casal, em qualquer idade

A deficiência mental, detectada na pessoa com síndrome de Down é determinada por um excesso de material genético, provocada pela anomalia cromossômica, além da ausência de várias reações químicas, essenciais ao bom desempenho dos sistemas orgânicos.

Quanto aos fatores ambientais que mais influenciam as causas da Síndrome de Down, considerados num contexto social, cultural e econômico, são: a fome, a desnutrição, a falta de atendimento adequado ao nascer; sendo este último o fator preponderante, pois um diagnóstico tardio da síndrome pode prejudicar para sempre a saúde de um bebê.

Exames como o teste do pezinho, apesar de não detectar a possibilidade ou não da Síndrome de Down, é direito que deve ser exigido e respeitado, pois pode detectar a probabilidade de contração de doenças como a fenilcetonúria, o hipotireoidismo, que são também doenças hereditárias e que causam retardo mental, esse teste deve ser realizado nas primeiras 72 horas, após o nascimento e com a criança amamentando. Além deste, há o teste do índice de Apgar, que foi elaborado pela medica anestesista Virgínia Apgar. Analisando o comportamento de alguns bebês que atendia, observou a pouca ou nenhuma presença de choro, ao nascer, além da fragilidade e respiração, podendo assim detectar como seria a vida futura desses bebês, inclusive as prováveis dificuldades de aprendizagem ou tendências a determinadas doenças.

Quanto às anormalidades cerebrais dos Down pode-se citar o tamanho do cérebro que é menor. Têm menos neurônios e algumas funções quimioneurológicas são diferentes, causadas por um acidente genético desconhecido, embora hajam postulados e hipóteses. Há crianças com Síndrome de Down, que apesar de terem um desenvolvimento lento, não têm retardo mental, mas 95% delas têm déficit intelectual o que caracteriza sua maior limitação, a dificuldade para o raciocínio abstrato.

1.2 Tipos de trissomia do 21 ou síndrome de Down

Neste caso, observamos os três tipos principais de anomalias cromossômicas ou variantes, na Síndrome de Down:

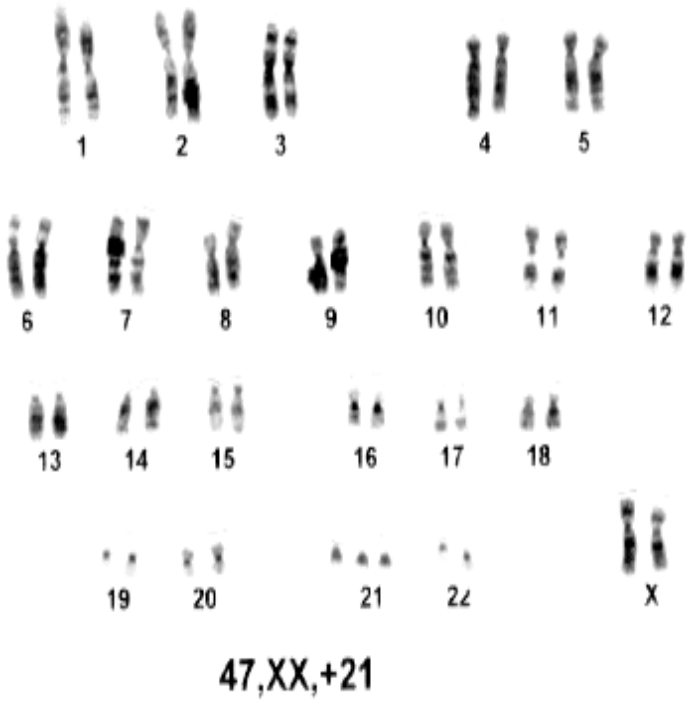
• ***trissomia simples (padrão):*** a pessoa possui 47 cromossomos em todas as células (ocorre em cerca de 95% dos casos de Síndrome de Down). A causa da trissomia simples do cromossomo 21 é a não disjunção cromossômica.

• ***translocação*****:** o cromossomo extra do par 21 fica "grudado" em outro cromossomo. Nesse caso embora indivíduo tenha 46 cromossomos, ele é portador da Síndrome de Down (cerca de 3% dos casos de Síndrome de Down). Os casos de mosaicismo podem originar-se da não disjunção mitótica nas primeiras divisões de um zigoto normal.

• ***mosáico*****:** a alteração genética compromete apenas parte das células, ou seja, algumas células têm 47 e outras 46 cromossomos (ocorre em cerca de 2% dos casos de Síndrome de Down). Os casos de mosaicismo podem originar-se da não disjunção mitótica nas primeiras divisões de um zigoto normal.

Diante disso, é importante saber, que no caso da Síndrome de Down por translocação, os pais devem submeter-se a um exame genético, pois eles podem ser portadores da translocação e têm grandes chances de ter outro filho com Síndrome de Down.

Cariótipo



Diante do exemplo exposto anteriormente, evidenciamos que os indivíduos com Síndrome de Down possuem algumas características específicas, as quais são: atraso mental, fraqueza muscular (hipotonia), baixa estatura, anomalia cardíaca, perfil achatado, orelhas pequenas com implantação baixa, olhos com fendas palpebrais oblíquas, língua grande, protrusa e sulcada, encurvamento dos quintos dígitos, e aumento da distância entre o primeiro e o segundo artelho e prega única na palma da mão.

Segundo Amaro (2006), as características físicas são fundamentais para o médico fazer o diagnóstico clínico, pois nem sempre todas estas características estão presentes em todas as pessoas com síndrome de Down. E que outras características herdadas dos pais, bem como as influências do meio em que vivem, contribuem para o desenvolvimento físico, mental e social das pessoas com síndrome de Down.

CAPÍTULO II

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 Definindo a Educação Inclusiva

Considerando a relevância da proposta da educação inclusiva, fez-se necessária uma abordagem teórica nesta monografia, com ênfase na oportunidade que ela propõe para as pessoas com deficiência numa perspectiva de tornar a série regular acessível a todos os alunos, independente de sua condição física ou mental. Por isso, é importante compreender alguns aspectos referentes a esse assunto.

A Educação inclusiva vem sendo um dos assuntos mais discutidos em cursos e palestras, por tratar-se de um tema que põe em análise o papel da escola para a sociedade, pois sabe-se que quando esta temática é abordada surgem posicionamentos favoráveis ou não, tornando assim um paradigma da educação.

A inclusão é o melhor caminho para uma política educacional que viabiliza a inserção de todos os alunos, sejam os que precisem de cuidados especiais até os que não necessitem de tratamentos específicos.

A educação inclusiva implica num processo de integração e conscientização de que todas as pessoas, independente de religião, sexualidade, raça ou portadores de necessidades especiais têm o direito de serem integrados ao processo educativo, sem discriminação ou qualquer tipo de rejeição.

Neste contexto, deve-se esclarecer qual o objetivo e o conceito da educação inclusiva para a sociedade contemporânea, já que a escola vem se modificando e tentando aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas e suas ações, que estão sendo “empurradas” para o processo de democratização do ensino. Por isso, não faz sentido a escola perpetuar ações de exclusão, deixando à margem todo um processo de evolução da história da educação.

Segundo Souza (2005, p. 28), “no decorrer da caminhada histórica, temos percebido que as sociedades têm se desenvolvido de forma diferenciada. Naturalmente, em conseqüência, os valores culturais e as relações que as permeiam são distintos”. Porém, essa realidade exposta pela autora não justifica a discriminação e o processo de exclusão. Em conseqüência da falta de respeito às diferenças dos tipos mais diversificados, a educação não deve alimentar as ideias ideológicas que pregam a exclusão

política, social e educacional, mas priorizar o direito que todos têm ao espaço construtivo da escola e seus conhecimentos.

Souza (2005) expressa que a história da educação no Brasil sempre foi seletiva e discriminatória, e que devido aos avanços no desenvolvimento social, político e econômico sempre estarem voltados à classe dominante, sempre a escola esteve, em sua totalidade, bem mais voltada ao grupo dominante do que aos menos favorecidos.

Percebe-se então que a necessidade da educação é buscar meios para desempenhar o seu papel, levando o indivíduo à adaptação e aceitação das diferenças, tornando-o capaz de transcender sua própria capacidade de conhecer todas as potencialidades existentes em si mesmo. Trata-se de uma educação que vise a inclusão, em que o processo educativo seja entendido como um processo social, onde todas as crianças têm o direito de ser escolarizada o mais próximo possível do normal. Assim, como diz Kuplfer (2000, p.40) "[...] o movimento da inclusão, supõe não apenas que a escola é para todos, mas que todos são para escola".

A escola deve ter por objetivo oferecer condições às pessoas que devem ser socialmente valorizadas para que possam usufruir de modelos de vida semelhante aos que estão sendo disponibilizados à sociedade a qual pertencem.

A noção de inclusão institui a inserção de uma forma completa e sistemática. O conceito segundo Mantoan (2004) dessa modalidade era tratar da vida social e educativa de todos os alunos, que deverão ser inclusivos.

Assim, a diversidade humana deve ser reconhecida, valorizada e considerada como condição favorável para criação de grandiosos projetos sociais e educacionais. O propósito de incluir todos os alunos nas escolas supõe-se que se reconheçam as diferenças e a variedade de saberes, bem como as condições sobre as quais os conhecimentos são aplicados.

O movimento de inclusão almeja a inserção efetiva e total de todos os alunos como princípio fundamental do atendimento escolar, conforme respalda Mantoan (2004, p. 12) "[...] a inclusão é, portanto um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido pleno".

Na área educacional, a inclusão, aos poucos, veio trazendo mudanças no sistema organizacional e nas propostas curriculares em vigor, tendo por meta a transformação total da escola, de modo que haja uma mudança significativa em espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos e não só se direcione para os portadores de

deficiência. A Conferência Mundial de Educação para Todos em Jontiem (1999, p. 11) enfatiza bem esse propósito quando diz que:

> [...] um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais devem ser assumidas. Os grupos excluídos, os pobres e zonas rurais, os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas raciais e lingüísticas, os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

Corroborando, diante da citação anterior, a inclusão irá trazer uma série de modificações, de conceitos e posições, que fogem dos paradigmas pelo atual sistema educacional que ainda tem em seu bojo a linearidade do pensamento, a predominância do racional e da instrução, na transmissão dos conteúdos curriculares, na seriação dos níveis de ensino.

Faz-se necessário que a escola esteja aberta às diferenças, pois deve-se mudar o modo fazer e pensar a educação na escola, as propostas que são sugeridas para implementação inclusiva rompem com as práticas das escolas atuais e se direcionam para a necessidade de o processo ensino-aprendizagem ser direcionada a subjetividade, as diferenças e ao dinamismo das transformações que ocorrem na sociedade, seja dentro ou fora das escolas.

A exclusão produz uma série de efeitos, sendo alguns, irrecuperáveis. Em termos psicológicos, a perda da auto-estima e da identidade dos que estão à margem do processo educacional escolar. Os complexos de inferioridade que se desenvolve, em decorrência intensificam comportamento de apatia e acomodação. Mas a exclusão produz ainda, efeitos econômicos, políticos e culturais.

Do ponto de vista econômico, pessoas excluídas dificilmente saem da condição de dependência e de pobreza. Sob o aspecto político, o principal efeito de exclusão está na qualidade da cidadania, ou seja, os transforma em massa de manobra subalterna, distante da almejada emancipação.

No que diz respeito aos portadores de deficiência é um desafio constante, pois há uma forte resistência à suas presenças nas salas. Com muita propriedade documentos divulgados pela UNESCO expressam que a integração dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais é conseqüência de um processo de reforma total do sistema educativo tradicional, conforme a UNESCO (1988, sem paginação) “Por esse motivo, a integração deve ser considerada em temas escolar, cuja meta é criação de uma

escola comum que ofereça uma educação diferenciada a todos, em função de suas necessidades e num marco de estudos."

A proposta inclusiva pressupõe uma nova sociedade e nela uma escola diferente e melhor do que a que se tem hoje. A escola inclusiva, ou seja, para todos deve ser inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades não atingiram os níveis qual se têm convivido.

Diante do exposto, pode-se dizer que a questão da exclusão social direciona à escola a necessidade de uma educação inclusiva, ou seja, aquela que privilegie e acolhe a todos, sem distinção, tornando o espaço escolar um local em que seja priorizado o aprendizado de valores relacionados ao respeito ao próximo, a integração e interação entre os alunos, professores e a sociedade, na busca por uma educação para todos. Nesse sentido, sentimos a necessidade de esclarecer os princípios da Educação Inclusiva.

2.2 Princípios da Educação Inclusiva

Desde a Declaração de Salamanca e também a LDB 9394/96, a escola passou a observar mais as questões relativas à definição dos elementos essenciais para tornar o ambiente escolar um lugar inclusivo. E, a partir de então as discussões sobre como realizar a inclusão começou a virar alvo de várias discussões, como mostra Nakayama (2007) surgindo então a necessidade de evidenciar alguns princípios básicos para se chegar a tal realização.

O primeiro princípio diz respeito à aceitação das diferenças, em que a escola precisa ser renovada, deixando de lado as atitudes discriminatórias para então aceitar as pessoas, dando-lhes oportunidades iguais às demais. Como diz Imbernón (2000), a escola deve se preparar para educar na diversidade, isso implica que ela deve ajudar os alunos a crescerem e a se desenvolverem como pessoas, facilitando o desenvolvimento de suas habilidades, e tornando-os sujeitos autônomos.

Assim, diz Stainback e Stainback (1999), que deve haver o despertar da consciência da necessidade de novas habilidades no planejamento das aulas e na maneira construtiva de lidar com as diferenças.

O segundo princípio é o da acessibilidade, em que as bases legais devem assegurar o acesso físico e instrumental, essenciais ao atendimento das crianças com as mais variadas deficiências, como também observando-se os ajustes necessários nas ações didáticas para tornar a aula acessível a todas as crianças, independentemente de sua situação.

O Decreto Federal n° 5296, de 02/12/04[1] define as normas e critérios para a promoção da acessibilidade, em que todos os estabelecimentos devem efetuar reformas ou adaptações nos prédios públicos e privados para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que inclui também as salas de aulas.

O terceiro princípio versa sobre o currículo multicultural crítico, em que abranja toda a diversidade do povo brasileiro em sua identidade e manifestação cultural. Nesse contexto, insere-se a necessidade de que haja o devido preparo dos professores, pois não se trata apenas em propor um ensino que acople um conjunto de saberes sobre todas as áreas de conhecimento, mas sim é preciso que o educador esteja capacitado para trabalhar com a diversidade cultural em sala de aula, assim, ele pode nortear o seu ensino, através do planejamento adequado e com base no que foi orientado.

O quarto princípio corresponde à necessidade de uma Pedagogia diferenciada, que inclui a gestão da turma e a diversificação das atividades. Porém, a diferenciação curricular constitui um enfoque deficitário da educação especial, não atendendo basicamente o contexto da proposta de uma escola inclusiva. Nesse âmbito, é preciso levar como proposta para a sala de aula atividades que façam com que o aluno recupere ou eleve a sua auto-estima, evidenciando que todos são capazes de aprender e de superar suas próprias limitações.

A escola é o lugar propício para se começar um trabalho de conscientização sobre a educação inclusiva, contudo é necessário que exista o apoio de todos os indivíduos envolvidos com os alunos com necessidades educacionais especiais. Para uma pedagogia diferente da que foi direcionada ao ensino nos últimos anos, é preciso que as escolas tenham profissionais preparados para lidar com as diversidades, e que a comunidade escolar também esteja atenta para não causar nenhum tipo de repulsa à inclusão social.

O quinto princípio fala sobre a avaliação formativa, que diz respeito à forma como o professor observa o desenvolvimento do aluno e o avalia. Esse ponto é importante, pois corresponde à questão da promoção do aluno respeitando a sua maneira de aprender e como ele aprende.

O sexto princípio refere-se à formação do professor de maneira que se torne crítico e aprenda a lidar com a diversidade em sala de aula, e com os propósitos da educação inclusiva, fazendo-o entender que suas ações de planejamento devem ser instáveis e não estáticas, já que

[1] CADERNO IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO Nº 5.296/04 – Para Construção da Cidade Acessível. Brasília, 2004. Disponível em:< http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/transporte-e-mobilidade/arquivos/Brasil% 20Acessivel%20-%20Caderno%203.pdf> Acesso em 02/12/2010.

deve atender às mais diversas situações de aprendizagem, considerando-se que cada aluno tem um ritmo próprio e tempo para aprender. Tendo por base esse princípio, entende-se que um dos principais pontos a serem alcançados é a formação adequada do professor, visto que muitos ainda persistem num fazer pedagógico direcionado a alunos e classes iguais, com níveis de aprendizagem parecidos, onde sabe-se que as classes são heterogêneas e cada aluno tem o seu tempo de aprender, portanto independente de haver ou não um aluno com necessidades educacionais especiais, o professor deve trabalhar tendo em vista atividades diferenciadas, pois seus alunos possuem suas especificidades no que se refere aos meios de chegar ao conhecimento.

O sétimo princípio é da gestão participativa, neste todas as pessoas da escola são co-responsáveis para reforçar as ações e fazer com que a escola avance de maneira considerável para oferecer uma educação de qualidade para seus alunos. Nesse sentido, a educação inclusiva requer que todas as pessoas engajadas, desde os mais variados funcionários direta ou indiretamente ligados à escola, como também a família deve ter um papel importante para que aconteça uma gestão democrática em prol da inclusão.

O oitavo princípio diz respeito à parceria escola x família x comunidade. A partir da soma desses três sujeitos importantes, as crianças poderão avançar ainda mais em sua aprendizagem, pois entende-se os resultados benéficos trazidos pela freqüência, o acompanhamento e envolvimento da escola e da família.

Este simboliza um dos grandes entraves da educação pública brasileira, pois a evasão escolar, a infrequência e repetência tornaram-se grandes vilões para o processo de ensino aprendizagem do aluno. Sendo assim, a parceria entre a escola, a família e a comunidade seria necessária com o propósito de garantir que esses alunos possam efetivamente estar nas escolas, mas não significa apenas a sua presença, mas a sua participação ativa nas atividades, por isso é importante o acompanhamento dos pais junto à escola, para saber o rendimento do filho, bem com a preocupação da escola em acompanhar faltas e abandonos dos alunos. É preciso, portanto, o envolvimento de todos, a fim de garantir que essas questões não atrapalhem o objetivo de preparar o aluno para o pleno exercício de sua cidadania.

No que se refere ao ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais, também há casos da família que prefere deixá-las em casa, às vezes pelo próprio preconceito incutido pela sociedade, e por pensarem também as limitações causadas por algumas doenças, como é o caso da Síndrome de Down, representa a incapacidade de aprender. Ao contrário, como dizem os teóricos abordados nesta monografia, o aluno com Síndrome de Down tem capacidade de desenvolver a sua aprendizagem, mas como outros alunos, eles possuem o seu

tempo próprio, e algumas limitações exigem que o profissional que esteja com ele tenha que buscar estratégias e atividades diferenciadas.

O nono princípio é sobre o apoio ao serviço especializado, em que se aponta a necessidade de mais profissionais de diferentes áreas, tais como Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicopedagogia, entre outras. As crianças com deficiências necessitam do apoio e acompanhamento de todos esses profissionais que, em consonância com a escola poderão apoiar ainda mais para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Este último princípio ainda não representa a realidade das escolas públicas brasileiras, pois a educação brasileira ainda não comporta ações que viabilizem essa proposta. É certo que o acompanhamento de todos esses profissionais iria subsidiar um suporte importante para o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, levando para eles toda a assistência necessária, por outro lado as escolas ainda galgam por uma consciência de não exclusão, sendo esta uma proposta que levará muitos anos para ser implantada nas escolas públicas brasileiras, caso ocorra efetivamente.

Como se percebe os princípios para uma educação inclusiva são vários e todos apontam para a união de um grande grupo, desde os professores, profissionais de outras áreas até os pais, todos devem observar tais princípios e fazer com que as mudanças necessárias aconteçam, pois a escola deve priorizar a aprendizagem de todos, sem exceção, tornando-se uma espaço acolhedor e que venha a garantir os direitos de todas as crianças. Para que isso seja realizado, necessita da efetivação das políticas públicas de educação inclusiva nas instituições de ensino de todo país.

2.3 Políticas Públicas de Educação Inclusiva

Com base em Oliveira (2009), a primeira instituição voltada ao atendimento aos portadores de deficiência começou oficialmente no dia 12 de outubro de 1854, quando Dom Pedro II fundou o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, no Rio de Janeiro, atual Instituto Benjamin Constant. Dois anos mais tarde, em 1856, foi criada a Instituição dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional da Educação Surdos-Inês, localizado no estado do Rio de Janeiro.

A implantação desses dois institutos pode ser considerada um ato isolado no que se refere à preocupação com a educação das pessoas com deficiência, pois naquele momento não havia ainda nenhuma legislação educacional de âmbito geral, que se preocupasse com a

educação especial. O que se tinha era a Constituição Brasileira de 1824, registrando o "compromisso" com a gratuidade da instrução primária "a todos os cidadãos e com a criação de colégios e universidades". Neste seriam ensinados os elementos das ciências, belas-artes. No entanto, o grupo de todos os cidadãos não incluía a massa de trabalhadores, que em sua maioria era escrava, e certamente também não diziam respeito às pessoas portadoras de deficiências.

A inclusão das pessoas com necessidades especiais no debate político sobre a educação brasileira somente passaram a ocorrer no final dos anos cinqüenta e inicio da década de sessenta. Diante das poucas instituições públicas com atendimento às pessoas com necessidades especiais em relação à Educação Especial, inicia-se a implantação de instituições "privadas" especializadas no atendimento as pessoas com deficiências. De acordo com Lopes (2010, p.1),

> Os Registros do Ministério da Educação apontam que foi criada em 1926, no Rio Grande do Sul o Instituto Pestalozzi, como primeira instituição brasileira particular e especializada em educação especial. Como as instituições de caráter filantrópico atual, a primeira Pestalozzi atendia parte de seus alunos através de convênios com instituições públicas.

Tanto a organização das instituições privadas especializadas no atendimento à Educação Especial, como a formação das primeiras classes especiais ocorre com a incorporação dos conhecimentos científicos e da idéia de modernidade racional no interior das instituições consoantes como o discurso liberal da época. Nesse contexto, diz Kassar (1999, p.18) destaca que,

> Com o crescimento das cidades, que ocorre principalmente a partir da década de 1930 no Brasil, devido à industrialização, vemos também o crescimento da preocupação com a escolaridade da população. Tal preocupação está registrada na Constituição Brasileira de 1934, quando se estabelece, pela primeira vez, como competência da União, a incumbência de traçar as diretrizes da educação nacional (o que vai ocorrer em 1961), ao mesmo tempo em que fica estabelecida como competência tanto da união como dos Estados a difusão da instrução pública em todos os seus graus.

Assim, de acordo com Martins (2001, p.1), a Constituição Brasileira de 1934 preceitua que "a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos".

De acordo com Lopes (2010, p.1), somente em 1961 foi direcionada uma atenção especial à educação especial no Brasil, destacando-se inúmeras iniciativas positivas tais como: "[...] Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB em 1957, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais – CNERDV em 1958 e Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental – CADEME em 1960". Também se inserem nesse contexto, o treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiência repartições públicas e privadas. Assim, segundo Medeiros (2007), quando, em 1961, a legislação brasileira explicita o compromisso com a Educação Especial na Lei 4.024/61, já existe no país uma organização considerável no atendimento, tanto em instituições particulares de caráter assistencial, quanto em algumas classes especiais públicas.

Com base em Kassar (1999), é possível apontar como fator que colaborou com a atenção dispensada à Educação Especial na LDB de 1961 o ingresso da parte da população economicamente menos favorecida à escolarização, decorrente do aumento crescente das escolas públicas em relação ao número de habitantes. A LDB 4.024/61 vai tratar da Educação Especial em dois artigos. O art. 88 propõe o atendimento ao deficiente "dentro do possível" na educação regular. Já o artigo 89 garante o apoio financeiro às instituições particulares consideradas eficientes aos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação.

Porém, algo que a autora chama a atenção, e que representa um entrave para a educação especial, diz respeito ao apoio financeiro que as instituições particulares que, com base em Lopes (2010), não recebem do Estado para crianças com deficiências mais severas. Isso, porque, não há na referida Lei algo que garanta serviços especializados para o atendimento desses clientes em específico. Porém, os serviços e atendimentos prestados por instituições tais como as Sociedades Pestalozzi e a APAE são normalizados em 1961. Mas, essa perspectiva da educação especial preceituava um espaço adequado para receber somente esses alunos, o que não diz respeito à proposta de inclusão.

De acordo com Kassar (1999), em 1967, a primeira constituição após o golpe Militar de 1964 prevê o estabelecimento dos planos nacionais de educação e a Emenda Constitucional de 1969 estabelece a execução desses planos nacionais, assim, como o dos planos regionais de desenvolvimento. A legislação sobre as diretrizes e bases da educação nacional também é revista. Desse modo, em 1971, a Lei educacional 5.692, em seu art. 1º, assume como objetivo geral da educação de 1º e 2º graus "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania". Nesse contexto, a educação é vista como necessária para o progresso da sociedade, pois possibilita a adaptação do individuo

em seu meio. Ainda no art. 9º da referida 5.692/71[2], é possível notar uma preocupação na caracterização da clientela de Educação Especial, que é definida como:

Alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Quais leituras podemos fazer dessa definição? Quais critérios estariam presentes para o estabelecimento dessa população?

Durante o período de reconstrução democrática, é promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal e são discutidos o Estatuto da Infância e adolescência-ECA e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo Oliveira (2009), a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação-Lei 9.394/96-tem suas discussões iniciadas na comissão de educação da Constituição Federal de 1988, com o primeiro projeto apresentado no mesmo ano, dois meses depois da promulgação da Carta Constitucional em outubro. No conflito das forças sociais podemos buscar indícios para entender o texto que vai se estabelecendo durante os oito anos de debates em sua tramitação. A LDB apresenta a educação como "dever da família e do Estado".

A partir desse momento, as instituições particulares assistenciais ganham o estatuto de "organismo" (ou Organizações) não-governamentais (as ONG's") e a presença dessas associações na sociedade é apresentada como uma necessária e fundamental "parceria" para o desenvolvimento do país.

De acordo com Fernandes (2009), com o governo de Fernando Henrique Cardoso há um movimento explícito de reorganização do papel do Estado, principalmente a partir da elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Já posição assumida pelo Governo Federal, as instituições assistenciais passam a ser concebida como "Instituições Públicas Não Estaduais" e são conclamadas a assumir a responsabilidade dos serviços sociais.

Especificamente quanto ao atendimento das pessoas com deficiências, a Lei 9.394/96 em seu art. 4º, III propõe "o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino" e conforme prevê o art. 58, § 1º, pela primeira vez, a existência de serviços de apoio especializado na escola regular, abrindo a possibilidade ao atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, quando não for possível a integração na classe comum. Explicita também, art. 58, § 2º sobre a oferta de educação Especial como dever do Estado, na faixa etária de zero aos

[2] Art. 9º Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

seis nos, dentro da previsão das mudanças que devem ocorrer na educação infantil.

Quanto à situação das instituições, a Lei reafirma o compromisso de subvenção às instituições especializadas assistenciais, prevendo o estabelecimento de critérios para a sua caracterização. No entanto, apesar da subvenção, a nova legislação anuncia o art. 60, § único como "alternativa preferencial" a ampliação do atendimento ao deficiente na própria rede pública de ensino, independentemente do apoio previsto à iniciativa privada.

A partir dessa breve apresentação da educação especial em nosso país, é possível traçar algumas análises, primeiro de que a história da Educação Especial vem desenvolvendo-se na história de nossa sociedade com seu movimento contraditório. Atualmente, encontra-se a presença de um discurso que exalta a formação de associações privadas para assumir as funções sociais. Se concebermos o acesso ao ensino como um direito público subjetivo, podemos dizer que a presença das instituições assistenciais, responsabilizando-se por serviços de atendimento de setores educacionais, através de ações (assistenciais/ filantrópicas/ comunitárias) de "parceria", colaboram para o afastamento gradativo do Estado em relação à responsabilidade sobre essa obrigação.

Desde a promulgação da LDB 9394/96 existe um movimento crescente na sociedade brasileira que cada vez mais vem angariando parcerias, principalmente no que se refere às instituições de natureza privada e de caráter assistencial. Trata-se de um envolvimento importante, com o qual ganhou foral o discurso de defesa da "inclusão". Essa proposta aparece em consonância aos preceitos da democracia, conforme lembra Oliveira (1994, p.21),

> A participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum.

Corroborando com Oliveira, o problema é de acesso aos direitos construídos historicamente pelas sociedades, cujo cerne está na organização econômica de um país, tem sido abordado hoje como uma responsabilidade da sociedade, uma questão de "boa vontade" e de filantropia.

Atualmente não se encontram mais leis ou decretos proibindo explicitamente a matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas como nos exemplos citados anteriormente em relação ao inicio do século XX (Decreto-lei 7.970-A de 15 de outubro de 1927 do estado de Minas Gerais). No entanto, a apresentação da possibilidade de adequação das escolas aos alunos com deficiências apareceu apenas em

1996, mas ainda encontra entraves para que efetivamente essas crianças sejam assistidas de maneira igual nas escolas de ensino público e da rede particular.

Fica em evidência que houve importantes avanços no que diz respeito às leis que abordam a educação especial, porém, a escola ainda encontra fortes barreiras no momento de promover a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, uma delas diz respeito à adequação do espaço físico para o atendimento adequado de alguns alunos com deficiências físicas, outro ponto diz respeito aos materiais didáticos que, em sua maioria, não chegam de forma suficiente nas escolas, principalmente na rede pública, onde a escassez é nítida. Sem a pretensão de generalizar a situação, pode-se notar que a adequação das escolas às condições mínimas de acesso e permanência desses alunos ainda requer grandes investimentos do governo.

Também é importante destacar as dificuldades enfrentadas pelo professor quando se depara com alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que a sua formação, na maioria das vezes, não ofereceu subsídios para que ele enfrentassem a situação de inclusão de forma natural e não como algo que seja uma novidade, mas sim uma necessidade, pois trata-se de assegurar que os direitos sejam iguais para todos, o que incumbe, principalmente, o direito à educação.

Sendo assim, vale ressaltar que as políticas públicas de educação inclusiva, apesar de importantes e imprescindíveis, ainda precisam estar acompanhadas de ações nos espaços escolares e demais ambientes sociais. Para tanto, é preciso, intensificar o trabalho de conscientização da sociedade e dos profissionais na área de educação, bem como oferecer subsídios para que nos ambientes escolares não faltem a adequação necessária para que a inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais aconteça de maneira efetiva.

CAPÍTULO III

3 PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR

3.1 Análise dos dados

Nesta monografia foram utilizados nomes fictícios para as professoras, escola e para o aluno com Down, a fim de preservar a integridade e o direito ao anonimato destes. Foram realizadas visitas à Escola Estadual Senador José Eduardo Gomes, totalizando quarenta e oito horas de observação, com a finalidade de conhecer melhor tanto a parte estrutural da Escola, como também para realizar entrevistas e observar o comportamento do aluno "M"[3]. Assim, os dados colhidos foram apresentados nessa parte da monografia, com a finalidade de conhecer melhor a rotina da Escola, bem como se atende aos padrões adequados de acordo com a proposta da educação inclusiva.

Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas e de observações em sala de aula, e com isso, conhecer mais a problemática em estudo.

Severino (2002) destaca que a metodologia é um conjunto de métodos ou caminhos percorridos na busca de conhecimento, portanto, a pesquisa fundamenta-se no raciocínio lógico, para encontrar soluções para problemas, mediante a utilização de métodos científicos.

Tendo em vista o que diz o autor, buscou-se realizar uma pesquisa de cunho científico, obedecendo, sequenciamente, alguns passos.

Os resultados foram organizados observando-se, sequencialmente, a estrutura física da escola, se adequada ao atendimento das crianças com necessidades de cuidados educacionais especiais, os relatos das entrevistas direcionadas às professoras do aluno supracitado.

A partir dos dados colhidos, observou-se as dificuldades encontradas pela professora ao ensinar a criança com Síndrome de Down, como também foi possível conhecer como ocorre a aprendizagem dessa criança nas situações diárias em sala de aula.

[3] Aluno "M", professora regente da sala de aula "L" e professora da sala de recursos "K", Escola Estadual Senador José Eduardo Gomes. (nomes fictícios).

3.1.1 Estrutura física da escola

Num primeiro momento foram feitas observações acerca da Escola Presidente Castelo Branco, e constatou-se que a escola possui:

- 12 Salas de aula
- 06 Banheiros
- 1 Sala de informática
- 1 Sala de professores
- 1 Sala do comitê pedagógico
- 1 Sala de vídeo
- 1 Sala de informática
- 1 Sala de recursos de Educação Especial
- 1 Almoxarifado
- 1 Cantina
- 1 Direção
- 1 Secretaria
- 1 Copa
- 1 Recepção
- 1 Pátio
- 1 Refeitório (interditado)

Dentre os ambientes mencionados que compõem a estrutura da escola, observou-se especificamente a estrutura da sala de aula, a sala de recursos e a sala de informática, por serem estes os ambientes que atendem diretamente ao aluno “M”.

No que se refere à sala de aula, as janelas são bastante grandes, com o teto forrado e com dois ventiladores, porém apenas um está em pleno funcionamento, o que dificulta o bem estar dos alunos. As paredes da sala de aula estão bem conservadas, embora pinchadas em alguns pontos.

Na sala de aula há bastantes cadeiras bem conservadas, porém não há porta na sala, o que acaba dificultando a aprendizagem dos alunos, pois além de contribuir para a propagação do barulho, os alunos ficam muito dispersos. Sobre a lousa, percebeu-se que o quadro negro possui alguns pedaços arrancados na parte de baixo, outro ponto também que acaba atrapalhando o trabalho da professora regente.

No que se refere à sala de recursos, notou-se que esta é dividida em dois cômodos. A primeira contém dois computadores, mas não tem acesso à internet, além de uma impressora para imprimir as atividades feitas pelos alunos, tapetes com almofadas, um armário e uma mesa. No segundo quarto possui vários tipos de jogos e bastantes desenhos sobre inclusão postos nas paredes. É uma sala com propósito de atender melhor aos alunos, porém há uma visível contradição, pois é bastante quente, e isso incomoda os alunos a ponto de chegar a interferir no decorrer de algumas atividades.

A sala de informática é bem estruturada e conservada, com ar condicionado devido à necessidade de conservação dos computadores, possui dezesseis computadores novos com internet e cadeiras novas, e todos os alunos tem acesso ao laboratório, entre eles, o aluno "M".

3.1.2 Quadro de funcionários da escola

No quadro de funcionários que trabalham pela manhã, constam:

- 01 diretor
- 01 secretária
- 01 porteiro
- 02 coordenadoras
- 02 faxineiras
- 03 merendeiras
- 15 professores

3.1.3 Relatos das entrevistas

No processo para coletar dados que favoreçam para os esclarecimentos das questões levantadas nessa pesquisa, foram realizadas duas entrevistas, uma com a professora da sala de recursos e outra com a professora da sala de aula.

A professora da sala de recursos chama-se "K" e atende diretamente aos alunos com necessidades de cuidados especiais. Questionada sobre os pontos positivos e negativos deste método de inclusão na sala de aula, a professora "K" respondeu,

> Positivos – Desperta no aluno o desejo e iniciativa de buscar novos conhecimentos, partindo da sua vivência e experiência própria, considerando a descoberta de suas potencialidades, através do lúdico e de atividades de seus interesses.
> Negativos – Não existe uma equipe multidisciplinar, nem acompanhamento e reconhecimento familiar em apoiar e reconhecer o nível de conhecimento de cada filho.

Nota-se de acordo com a fala da professora sua preocupação por não existir uma equipe multidisciplinar e pouco acompanhamento familiar no apoio à aprendizagem do aluno. Esse ponto levantado é preocupante, pois segundo Figueiredo (2005), é preciso que a escola atenda a todos os tipos de necessidades para que possa fazer o melhor atendimento possível a esses alunos. O apoio e a participação da família é crucial para que o aluno possa se sentir bem assistido e acolhido por todos.

Kupfer e Petri (apud FIGUEIREDO, 2005, p.67), complementam tal raciocínio dizendo que é preciso que ocorra a "reformulação da escola para incluir os excluídos". Diante do exposto, é preciso entender que pensar em inclusão é pensar numa nova escola, numa transformação da organização do espaço e do tempo escolar, superando preconceitos e inserindo na escola "aqueles" que dela foram excluídos, garantindo a todos uma educação de qualidade, e respeitando as diferenças.

Mas, ao que se sabe a inclusão é um processo que apesar de vir se delineando aos tempos com os seus precedentes, é "relativamente" novo e ainda causa muitos medos e, principalmente, resistência que por sua vez acontece ou por falta de informação ou por acentuado preconceito. Por isso, é importante promover ações de sensibilização na sociedade, socializando informações sobre os modelos de inclusão bem sucedida e verificando todas estas experiências, para adaptá-las à realidade vigente.

Com relação aos recursos utilizados para facilitar a aprendizagem e o sistema de avaliação usado, a professora afirmou que os recursos são somente os computadores e jogos diversos, e que o aluno mesmo com tais recursos aprende lentamente, pois segundo a professora "K" "ele tem algumas dificuldades em lidar com o computador e brincar com alguns tipos de jogos".

Quando questionada se os resultados são satisfatórios, a professora da sala de recursos diz que sim, porque mesmo com algumas dificuldades ele acaba aprendendo, não no mesmo ritmo que os demais.

Com relação ao comportamento na sala de aula, a professora disse que "Dependendo da motivação, é participativo, às vezes, demonstram lentidão e fadiga. Mas são comportados na sala de aula".

Segundo a professora somente há um aluno com Down que é bem aceito pelos coleguinhas, porém no que se refere ao acompanhamento familiar, a professora "K" revela interesse apenas da mãe que acompanha assiduamente o seu desenvolvimento, mas o pai "não demonstra interesse para o bom desenvolvimento do seu filho".

Ao ser questionada se é favor desse processo de inclusão, a professora "K" respondeu: "Sim. Porque valoriza o aluno, fazendo parte e usufruindo de todos os direitos destinados ao aluno como todo, considerando os direitos e deveres iguais".

Sobre o conceito de inclusão a professora dispôs a dizer que se trata de um "processo onde o aluno terá condições de ser inserido no sistema educacional, não dando ênfase e sim trabalhando as suas individualidades de uma forma sistemática, valorizando o desempenho, ou seja, a potencialidade do mesmo". Considerando a fala da professora "K", cabe ressaltar, ainda, que a inclusão escolar favorece também a inserção do aluno com síndrome de Down no meio social de modo a beneficiar sua vida em sociedade. Nesse sentido, a inclusão social pode ser definida como,

> [...] um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos[4].

Corroborando com o exposto anteriormente, a professor "K" detalha ainda mais o seu lado profissional, destacando que é formada em Pedagogia com Especialização em Orientação Educacional e Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica, trabalha com essa clientela há 10 anos, mas sente dificuldades na questão de aquisição de materiais que possam estar acompanhando a faixa etária do aluno. Fora isso, apontou com dificuldades encontradas pelo aluno com Síndrome de Down, a concentração, memorização e às vezes se dispersa com facilidade. Assim, mesmo o fato da entrevistada ter curso e treinamento sobre deficiência em Síndrome Genética, Deficiência Mental, currículo funcional e Tecendo saberes sobre o AEE

[4] WIKIPÉDIA. Inclusão social. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social> Acessado em 29 de outubro de 2010.

(Atendimento Educacional Especializado), a falta de recursos necessários é apontada como um problema para a aprendizagem dessa criança.

Quando questionada sobre a finalidade da sala de recursos, a professora "K" respondeu que,

> Favorecer o desenvolvimento através do atendimento especializado, priorizando as necessidades na área da cognição social, na área de comportamento e principalmente na elevação da auto-estima, contribuindo para o bom desempenho da aprendizagem e das habilidades, onde o aluno demonstra maior potencialidade.

Corroborando com a professora, vale ressaltar que a sala de recursos é um importante espaço que auxilia no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência, funciona na Escola Estadual Senado José Eduardo Gomes desde o ano 2000, e sua estrutura propõe o trabalho para o melhor desempenho das habilidades dos alunos, principalmente, dos que possuem algum tipo de deficiência.

A aula na sala de recursos algumas vezes acontece em consonância com a proposta de atividades da professora da sala de aula. Pôde-se perceber no decorrer dos dias em que foram feitas as observações, que os alunos costumam fazer ditados de palavras no computador, e cópias de algumas historinhas, em que sucessivamente olham o texto e digitam. Nesse momento, geralmente, o aluno "M" observa a letra no livrinho e identifica na tela do computador, fazendo em seguida a digitação.

Também no momento da aula na sala de recursos, os alunos costumam desenhar no Word point, inclusive o aluno "M" que mostra-se entusiasmado a fazer a atividade no computador. Também, às vezes a professora "K" usa joguinhos no computador, em que o aluno "M" sente-se motivado a participar, isso com o acompanhamento da professora.

A outra pessoa entrevistada foi a professora "L" que desenvolve suas atividades na sala de aula e atende, além dos demais alunos, o aluno "M". Sobre os pontos positivos e negativos do método de inclusão do aluno com Down na sala de aula, a referida professora diz:

> Positivos – Por muito tempo essa clientela de alunos ficava restrita as escolas especializadas, como a APAE. A inclusão de um aluno com Síndrome de Down oportuniza o exercício do respeito à diferença, além de possibilitar a aprendizagem desse aluno e dos demais, sendo que cada um no seu ritmo. Já que todos estão em processo de alfabetização.
> Negativos – Durante todo período em que este aluno frequenta as minhas aulas, não houve por parte da Secretaria de Educação a preocupação de

> propiciar-me a um momento de formação. De uma forma geral é como se a inclusão existisse somente na sala de aula.

Conforme citado anteriormente, as instituições específicas que acolhiam os alunos com necessidades educacionais especiais eram, por exemplo, a APAE e as Sociedades Pestalozzi, mas com a universalização do ensino e os propósitos da educação inclusiva, o espaço escolar teve que abrir as suas portas, sem restrições para esses alunos, mas um problema enfrentado, e que aponta a professora "L", é o apoio dos órgãos responsáveis em proporcionar uma melhor adequação do professor ao trabalho com o ensino inclusivo.

De acordo com as colocações da professora, o principal problema enfrentado diz respeito à falta de preparo e qualificação para lidar com esses alunos. Conforme seus relatos, a professora faz o possível para trabalhar com essa turma que tem o propósito de inclusão na sala de aula. A professora "L" usa atividades iguais para todos os alunos, quando deveria também observar as dificuldades do aluno "M", já que algumas atividades ele não consegue acompanhar a turma. Dessa forma, a professora não está propiciando a inclusão efetiva do aluno "M" em sala de aula, pois, muitas vezes, ela não desenvolve atividades que respeite a particularidade e o ritmo do aluno com Síndrome de Down, o que acaba prejudicando seu processo de aprendizagem. Ou seja, a professora não cria condições favoráveis para que o aluno, de fato, possa estar incluso na classe.

Quando questionadas se os resultados são satisfatórios, a professora "L" relata,

> Acredito que sim, já que o aluno iniciou o processo de alfabetização na minha turma e atualmente reconhece todas as letras do alfabeto, esforça-se em escrever com letra cursiva e começa com intervenção. Porém o maior ganho foi a sua socialização com os colegas da sala e com os demais alunos da escola, respeitando e sendo respeitado.

Nota-se de acordo com a fala da professora um significativo avanço no processo de alfabetização do aluno com Down. E destaca a questão da socialização que, para muitos alunos é difícil de conseguir fazer com eles estejam interados com a turma.

Ao perguntar como esse aluno se comporta na sala de aula, a professora "L" enfatiza que:

> Inicialmente foi necessário trabalhar os limites desse aluno, já que se trata da primeira vez que estava regularmente, era preciso delimitar regras e fazer com que fossem cumpridas. Atualmente, já está adaptado, sendo necessário regular e relembrar as regras do grupo.

A professora “L” denota o que diz a proposta da educação inclusiva, de que os alunos com necessidades educacionais especiais têm condições plenas de adaptação, e podem desenvolver suas habilidades, o que vai depender também do trabalho pedagógico que é realizado em sala de aula. Mesmo adaptado é preciso garantir condições de aprendizagem para esse aluno. É nesse ponto em que diverge o trabalho com o aluno “M”, pois apesar de apresentar significativos avanços, poderia ter conseguido mais, sendo que é a primeira vez que o aluno “M” encontra-se numa série regular, e sendo tratado conforme os demais alunos, seria preciso um trabalho mais intenso, com atividades diferenciadas e mais um profissional preparado para auxiliar nos trabalhos com a turma.

Nota-se que a professora “L” se preocupa com o aluno e sua adaptação constantemente demonstra que é necessário manter o controle da turma e do próprio aluno, pois por muitas vezes esse aluno fica disperso e é preciso fazer com que ele se concentre nas atividades sugeridas no decorrer da aula, algo que não é tão fácil, conforme a professora denota.

Com relação aos pais do aluno, a professora converge com o que foi dito pela professora “K” de que há uma “discordância entre os pais”, no sentido de que a mãe se interessa bem mais que o pai pela aprendizagem do filho, enquanto que o pai é agressivo com a criança.

Quando questionada se é a favor desse processo de inclusão, a professora “K” relata que:

> Sim. Quando o aluno chegou na escola, fui eu que pedi que ficasse na minha turma, já que seria encaminhado para uma turma de repetentes. Eu decidi enfrentar o desafio. Porém, acredito que a INCLUSÃO deve ser um processo coletivo, toda escola deve estar envolvida, bem como, tendo o apoio técnico da Secretaria de Educação, algo que não existe.

A iniciativa da professora em acolher esse desafio foi muito importante, pois mostra a necessidade de todos os que estejam envolvidos com a educação inclusiva, abre as portas para os alunos com necessidades especiais, e buscando da melhor forma possível desenvolver suas habilidades e potencialidades. Porém, conforme aborda a professora, nem sempre há o incentivo e participação dos órgãos que deveriam estar atentos aos propósitos de uma educação inclusiva e dos demais membros da escola.

Nesse sentido, procuramos verificar as possíveis dificuldades enfrentadas pela professora da sala de aula, visto que é ela quem está diariamente com o aluno em classe, ao contrário da professora da sala de recursos que só ministra aulas às sextas-feiras à tarde.

3.2 Dificuldades enfrentadas pela professora

A professora regente "L" é formada em Pedagogia possui Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Pio Décimo. Com relação a ter feito algum curso ou treinamento sobre deficiência afirma que nunca fez.

Esse ponto ressaltado pela professora é o que mais a incomoda, pois segundo depoimento da professora "L" o seu trabalho iria melhorar muito e seria facilitado se recebesse um treinamento específico para melhor atender aos alunos que venham a ser inseridos em sua sala de aula, e que possa atender aos cuidados especiais direcionados a esse aluno.

Uma proposta interessante para essa investida é a apresentada por Pacheco (2007) em sua obra "Caminhos para a inclusão" em que ele mostra os seguintes aspectos relevantes ao certame: preparação dos professores e da escola; preparação da criança; preparação dos pais; preparação de outras crianças na turma e de seus pais; instalações; e colaboração e coordenação. Tais itens resumem substancialmente os passos para se dar início ao processo de inclusão escolar nas escolas públicas e privadas.

Em complemento, a professora "L" diz que *"A única dificuldade encontrada é que ensino uma turma de alfabetização que às vezes requer uma atenção individualizada, é preciso ter equilíbrio para não negligenciar a aprendizagem de todos".*

Portanto, percebe-se que trabalhar com alunos com deficiência inseridos nas séries regulares tem um propósito importante, porém requer especialização do professor, no sentido de que ele busque, como a professora mesmo comentou, um "equilíbrio" para que os alunos não saiam prejudicados, visto que, se o professor não estiver bem treinado para lidar com a diversidade, a aula não atingirá o seu objetivo de desenvolver competências e habilidades necessárias para que todos avancem em seus estudos.

É preciso também que a família e a escola apoiem integralmente o trabalho da educação inclusiva, sem o qual o aluno será segregado a uma instituição só para deficientes que, em muitos casos, não atende às perspectivas de fazer com que o aluno possa desenvolver suas capacidades motoras e intelectuais.

Assim, fica evidente que as dificuldades enfrentadas por essa professora “L”, refletem bem os problemas vivenciados por outros professores que se encontram na mesma situação, sem muito apoio dos órgãos responsáveis pela educação, sem treinamento para que possam lidar melhor com as diversidades em sala de aula. Então, a preocupação da professora “L” representa a de muitos outros professores, pois com base nessa problemática de falta de capacitação para lidar com essas situações, o desafio passa a tornar-se mais que um desafio, passa a ser um grande problema que pode gerar vários outros, tais como a dispersão dos demais alunos, ou efeito inverso da aprendizagem.

Um professor, por exemplo, que já passou pela experiência de ter um aluno com necessidades educativas especiais, sabe que não é algo fácil de lidar, devido a sua falta de formação, mas também já pode se deparar com a situação desses alunos em muitas atividades, apresentarem o nível almejado de desenvolvimento, pois conta muito a forma como o professor trabalha numa sala de aula que contempla a presença de um aluno “especial”. É o que explica Ribeiro (2003, p.22) “profissional da educação assume a convicção de que todos são capazes de aprender e de que o pressuposto de sua aprendizagem é sua interação com o mundo – sua ação sobre os objetos”.

No caso do aluno “M.”, por esforço maior da professora regente, iniciou-se o seu processo de alfabetização, como também conseguiu-se a sua socialização. Mas, apesar desses avanços, a professora clama por um apoio maior da Secretaria da Educação, a partir da qual devem existir medidas de auxílio para que a escola e seus profissionais possam lidar com a inclusão.

3.3 Dificuldades enfrentadas pelo aluno

O aluno “M.” morava em Própria e estudava numa escola particular, onde havia uma pessoa somente para cuidar dele e observá-lo, mas não para ensiná-lo na aprendizagem. Veio para Aracaju, e desde 2009 estuda na Escola Estadual Senador José Eduardo Gomes.

No que se refere ao menino, foram feitas observações ao seu respeito, sendo este acompanhado do dia 04 à 19/11/2010. Percebeu-se que o aluno sempre é colocado mais próximo da professora, para que receba a devida atenção.

O aluno na maioria das vezes respondeu aos questionamentos da professora, porém em outros momentos sua concentração tornava-se bastante difícil, sendo facilitada apenas quando alguma figura ou atividade realmente o atraia.

Sempre quando realizava algum tipo de atividade, o aluno mostrava à professora, chamando sua atenção no decorrer da execução e após o término de sua tarefa. A professora por sua vez o acompanha tecendo elogios, e assim sente-se mais motivado.

O aluno "M" nas aulas que envolviam musicalização participava e interagia ativamente. Nas aulas de informática a professora realizava atividades que envolviam escrita de palavras, digitação de pequenos textos, desenhos gráficos e coordenação motora. Todas essas atividades o aluno "M" respondia em seu ritmo.

Mas, em alguns momentos, o aluno mostrou-se pouco motivado, porém na maior parte das atividades acompanhadas, seu desempenho e vontade de participar são notáveis.

Sobre as dificuldades encontradas pelo aluno com Síndrome de Down em sala de aula, a professora regente disse que: *"Inicialmente foi a adaptação e, às vezes, é o de acompanhar o ritmo com os demais alunos, sendo necessário uma atenção maior da minha parte, pois ele perde a concentração facilmente."*.

No recreio o aluno "M." não entra na fila, para evitar tumultos feitos pelos outros alunos, quando chega o momento do lanche ele dirige-se às merendeiras que já tem seu prato reservado. No momento da aula de Educação Física o aluno não gosta de participar, é preciso muito incentivo e insistência para que faça parte de alguns instantes da aula.

De certa forma, percebe-se através das aulas acompanhadas que o professor que trabalha com crianças com Down ou qualquer outro tipo de deficiência deve sempre estar atento a levar para a sala de aula atividades atrativas. Com relação à professora "L", apesar de levar atividades iguais para todos, busca levar alguns jogos e atividades lúdicas, pois como ela mesma disse o aluno com essa deficiência perde a concentração com facilidade, portanto é preciso que as atividades expostas em sala de aula realmente chamem sua atenção e o envolva. Além disso, as demais crianças sentem-se mais motivadas e participam mais das atividades.

Toda criança com Síndrome de Down pode perfeitamente aprender, a partir dos estímulos recebidos e da maturação que adquiriram, além do nível de desenvolvimento afetivo-emocional em que cada um se encontre.

Com isso, percebe-se que a pessoa com Síndrome de Down tem seu potencial para a aprendizagem, mas requer uma forma diferente de ser interpretada, de ser observada e orientada em atividades pedagógicas que, de fato, oportunizem a ela a conquista de sua independência e autonomia.

Isso implica em transformações profundas, não apenas em termos de investimento material, ou apoio da Secretaria de Educação, como ressaltou a professora "L", mas de um

conjunto de esforços que possam levar a uma mudança radical das ações excludentes ainda vigentes em nosso meio, que determina formas de pensar e de agir, em todos os âmbitos sociais, ainda impregnados de valores extremamente egoístas, reducionistas e limitadores da ação humana como um todo, conduzindo a sociedade a uma prática social e política preconceituosa, segregativa e individualista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até algum tempo atrás era utopia imaginar que as crianças com necessidades educacionais especiais pudessem estar juntos numa mesma turma de alunos no ensino regular. Mas, hoje observa-se que a proposta de inclusão atinge muitas escolas da forma como deveria ser, ou em outras, de forma que ainda merece ajustes consideráveis, pois muitas escolas têm poucas alternativas para oferecer a estes alunos com Down na apreensão dos conteúdos em sala de aula.

Diante das questões expostas nesta monografia, tem-se como resultado enfatizar a importância da participação das instituições de ensino da rede púbica no sentido de procurarem se adequar melhor a essa realidade que acopla a inclusão e a integração de todas as pessoas da sociedade, tanto no âmbito educacional como nos demais espaços sociais.

Para tanto, faz-se necessário viabilizar uma adaptação na estrutura física para que as pessoas com necessidades de cuidados especiais possam sentir-se realmente inseridas no ambiente educativo, uma vez que quanto mais recursos a escola tiver, mais interessante esse ambiente vai se tornar para todos os alunos. Não se trata, no entanto de levar a criança com Down para uma ou outra escola, mas é como evitar a exclusão ao passo em que possa incentivar a criança em seu desenvolvimento intelectual e emocional.

Outro ponto muito importante e que mereceu bastante destaque neste trabalho, é a questão da capacitação ou da formação continuada dessas professoras, pois sem elas, os docentes não poderão acompanhar as mudanças e os paradigmas da educação. Sendo uma preparação ampla, que não se restrinja apenas à capacitação no ensino de Libras, por exemplo, mas que o professor passe a ter outros conhecimentos que envolvam os diversos tipos de necessidades que as crianças possam apresentar, inclusive, a criança com Down.

O primordial diante disso tudo, é fazer a integração deste aluno, no convívio normal com as demais pessoas, seja na escola ou no ambiente familiar. Usar instrumentos para torná-los capazes, não é apenas dar tarefas “fáceis” ou colocá-los sentados perto da professora para uma maior assistência, mas inclusive oferecer condições para que possam desenvolver suas potencialidades no que se refere à aprendizagem, levando-os a ganhar não só em termos sócio-afetivos, como aconteceu na Escola Estadual Senador José Eduardo Gomes, mas garantir que esse espaço seja ainda mais voltado para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais.

A reorganização da escola para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, precisa ser encarada como uma revolução que ponha do avesso as instituições, e que se tornem um ambiente inclusivo, em que todos tenham as mesmas condições de tornarem-se sujeitos ativos na sociedade e que tenham seus direitos garantidos.

Assim, é primordial entender que pensar em inclusão é pensar numa nova escola integradora, em transformação de organização do espaço e do tempo e metodologia escolar, superando preconceitos e inserindo na escola "aqueles" que dela foram excluídos durante muitos anos, garantindo a todos uma educação de qualidade, valorizando as diferenças e ensinando às demais crianças a lidar com essas diferenças.

A situação de inclusão encontrada na Escola Estadual Senador José Eduardo Gomes, apesar do esforço das professoras regentes e da professora da sala de recursos, não garante piamente a nova realidade de educação inclusiva, pois nota-se que a professora regente precisa de um auxílio que a oriente na reordenação das atividades aplicadas, pois não são atividades específicas que contemplam o ritmo de desenvolvimento do aluno, são atividades em níveis de aprendizagem iguais. Também seria preciso alguém que a auxiliasse no momento do acompanhamento das leituras e algumas atividades que requer mais atenção.

Fica claro então, que é preciso garantir a todos os professores a qualificação necessária para lidar com essa nova realidade de educação inclusiva, e também é necessário que os pais e a sociedade como um todo sejam orientados e conscientizados que o caminho da inclusão é o que vai tornar a sociedade mais justa e igualitária.

A professora "L", apesar de levar atividades lúdicas e prestar o máximo possível de sua atenção ao aluno "M", ainda não consegue suprir as reais necessidades do aluno, pois existe uma série de outras questões impedindo que esse aluno realmente faça parte de uma proposta de educação inclusiva, as dificuldades enfrentadas pela professora vão além das suas possibilidades de mudanças e requer um maior envolvimento da escola como um todo.

O aluno "M." na maioria das vezes participa das atividades, e consegue alguns avanços, porém ainda não foi disponibilizado para ele situações reais de inclusão que garanta o contínuo processo de desenvolvimento de aprendizagem escolar.

A escola perpassa por buscas constantes para se tornar inclusiva. Nesse contexto, o espaço escolar deve acolher as crianças com Síndrome de Down, buscando lhe proporcionar as mesmas condições de aprendizagem que as demais. Para tanto, é preciso respeitar o ritmo da criança que, como as demais, também tem o seu tempo para aprender. Assim, é preciso proporcionar ao aluno com Down o desenvolvimento de suas capacidades, o que envolve não

só fazê-lo uma criança atuante em sala de aula, mas com participação ativa na vida social, levando-o a tornar-se um sujeito autônomo.

Por fim, pode-se concluir que não adiantam ações isoladas, faz-se necessário considerar o conjunto de ações, de investimentos, de forças e de propósitos que venham permitir que a inclusão escolar se torne uma realidade, e funcione de maneira efetiva e não marcada pela simples roupagem que algumas escolas ou professores vestem, se colocando como agentes da inclusão, quando na verdade não estão propiciando a sua existência. Por isso, é preciso que todos, comunidade, escola, estudiosos e autoridades púbica busquem juntos acabar de vez com o dogma de uma sociedade excludente e passe a incluir e integrar a todos, dando um basta nas discriminações e nas suas variadas manifestações.

REFERÊNCIAS

AMARO, Deigles Giacomelli. **Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006

CADERNO IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO Nº 5.296/04. **Para Construção da Cidade Acessível**. Brasília, 2004. Disponível em:< http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/transporte-e-mobilidade/arquivos/Brasil%20Acessivel%20-%20Caderno%203.pdf> Acessado em 02/12/2010.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A EDUCAÇÃO PARA TODOS. 1990. Disponível em:< http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO - **Sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> - Acessado em 15 de outubro de 2010.

FERNANDES, Natália Rigueira; PAULA, Débora Brandão de. **A avaliação no âmbito da Educação Especial.** Disponível em: http://www.conexaeventos.com.br/trabalhos/A%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20NO%20%C3%82MBITO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL.pdf Acessado em 15 de novembro de 2010.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares:** educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Liberalismo, Neoliberalismo e Educação Especial**: Algumas implicações. In: Cadernos Cedes – nº 46 -1998. Disponível em:< http://cev.org.br/biblioteca/cadernos-cedes-1998-n46> Acessado em 10 de novembro de 2010.

KUPFER, Maria Cristina. **Houve um tempo em que a Escola não era para todos**. São Paulo: Papirus, 2000.

LEI 5.692/71 – Disponível em:<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view /5/57/> Acessado em 12 de novembro de 2010.

LEITE, Leonardo. **Síndrome de Down**. Disponível em: <http://www.ghente.org/ciencia/genetica/down.htm> Acessado em 21 de outubro de 2010.

LOPES, Thais Milene Souza Lopes. **A educação especial no Brasil**. Disponível em:< http://freeormind.blogspot.com/> Acessado em 10 de novembro de 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

MARTINS, Vicente. **Educação na Constituição de 1988**: O artigo 203: O fato novo, na Constituição Federal de 1988, é a colaboração da família, através da promoção e do incentivo, no processo educativo. 2001 Disponível em:< http://www.direitonet.com.br/artigos/ exibir/479/Educacao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo-205> Acessado em 12 de novembro de 2010.

MEDEIROS, Patrícia Mara. **Inclusão social pela educação**: uma necessidade especial para profissionais da área. (Mestrado em Serviço Social). Franca, 2007. Disponível em< http://www.franca.unesp.br/posservicosocial/PatriciaMaraMedeiros.pdf> Acesso feito em 28 de outubro de 2010.

NAKAYAMA, Antonia Maria. **Educação inclusiva**: princípios e representação. Tese de Mestrado. São Paulo, 2007. Disponível em:<www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/.../tde.../ Tese Antonia**Nakayama**.pdf> Acessado em 20 de novembro de 2010.

OLIVEIRA, Elisangela de. **A inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares e na sociedade**. Monografia. São Paulo, 2009. Disponível em: libdig.cneccapivari. br/index.php?option=com_rubberdoc&view Acesso feito em 02 de dezembro de 2010.

OLIVEIRA, I.S. **Preconceito e autoconceito**: identidade e interação na sala de aula. Campinas: Papirus, 1994.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenizie, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Dayza de Oliveira. **O processo de inserção do portador de Síndrome de Down na Escola Inclusiva**. Belém, 2001. Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital /monografias/Processo_Insercao.pdf Acesso feito em 02 de dezembro de 2010.

SILVA, Nara Liana Pereira. **Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família**. Universidade de Brasília, 2002. Acessado em 21 de outubro de 2010. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/3304/2648

SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (org). **Educação especial:** múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: A. L. B., 2002.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

STAINBACK, Susan e Stainback, William (organizadores). **Educação**: um guia para educadores ARTMED ed., Porto Alegre (RS), 1999.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação Especial**. Espanha, 1998.

WERNECK Cláudia. **Muito Prazer, eu existo**. 2ª. edição. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 1995.

WIKIPÉDIA.**Inclusão social**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social> Acessado em 29 de outubro de 2010.

ANEXOS

OBSERVAÇÕES FEITAS NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR JOSÉ EDUARDO GOMES

ESTRUTURA DA ESCOLA

→Salas de aula – 12
→Banheiros – 06
→Sala de informática
→Sala de professores
→Sala do comitê pedagógico
→Sala de vídeo
→Sala de informática
→Sala de recursos de Ed. Especial
→Almoxarifado
→Cantina
→Direção
→Secretaria
→Copa
→Recepção
→Pátio
→Refeitório (interditado)

QUANTIDADE DE PESSOAS QUE TRABALHAM PELA MANHÃ

01 diretor
01 secretária
01 porteiro
02 coordenadoras
02 faxineiras
03 merendeiras
15 professores

ESTRUTURA DA SALA DE AULA

→A sala de aula é enorme com três janelas com grades, forrada e com dois ventiladores, mas apenas um funciona;
→ Bastante carteiras conservadas;
→Não há porta na sala de aula, e com isso acaba dificultando a aprendizagem dos alunos devido ao barulho das demais salas;
→Possui lousa, e o quadro negro esta com alguns pedaços arrancados na parte de baixo;
→As paredes estão bem conservadas, apenas em uma parte esta um pouco pinchada.

SALA DE RECURSO

→A sala é divida em dois cômodos. A primeira contém dois computadores, mas não tem internet, onde os alunos desenvolvem como digitação de pequenos textos e desenhos gráficos, uma impressora para imprimir as atividades feitas pelos alunos, tapetes com almofadas, um

armário e uma mesa. No segundo quarto possui bastantes jogos, brinquedos e bastantes desenhos sobre inclusão nas paredes.
→É bastante quente, contendo apenas um ventilador no segundo quarto.

SALA DE INFORMÁTICA
→A sala é bem estruturada e conservada, com ar condicionado, cartazes de desenhos nas paredes.
→Dezesseis computadores novos com internet, fones de ouvidos e cadeiras novas.

O aluno "M" morava em Própria-SE e estudava numa escola particular, onde uma pessoa era paga somente para cuidar dele e observá-lo, mas não para ensiná-lo na sua aprendizagem. Veio mora em Aracaju-SE e estuda na "Escola Senador José Eduardo Gomes" desde Setembro de 2009 quando tinha 10 anos no 1º ano do ensino fundamental e continua estudando até hoje. Quando começou a estudar, o mesmo não tinha limites, pois não queria entrar na sala de aula, não queria estudar, não obedecia à professora, cuspia os colegas, não conhecia as letras do alfabeto e nem os números. Hoje em dia, há muitas mudanças em relação a sua aprendizagem e ao seu desenvolvimento. O aluno "M" antes de estudar nessa escola, morava em Própria e estuda em uma escola particular, onde uma pessoa era paga somente para cuidar do aluno e observá-lo, mas não para ensiná-lo na sua aprendizagem. O mesmo tem acompanhamento de fonoaudiólogo, psicólogo pelo plano de saúde e também faz natação todas as quintas-feiras a tarde.

O aluno "M" sempre ao entrar na escola com sua mãe pela manhã, cumprimenta o porteiro com um abraço. Ao chegar à sala de aula dá bom dia, beija e abraça a professora e senta no seu lugar.

NO RECREIO:
O aluno "M" no horário do recreio não entra na fila, pelo fato dos demais alunos que empurram e gritam. O mesmo ao chegar à cantina já ganha seu lanche das merendeiras. Ao término do lanche, vai ao banheiro lava as mãos e a boca, como não há papel toalha no banheiro, ele enxuga na roupa. É totalmente dependente nas suas atividades. Em seguida, ele vai à sala da coordenação pedagógica abraçar os todos os professores e logo após procura seus colegas para brincar, o qual é aceito por todos.

OBSERVAÇÕES NAS AULAS
04/11/10
As carteiras sempre ficam em forma de círculo e a carteira do aluno "M" fica no centro em frente ao birô da professora.
A professora reuniu todos os alunos sentados no chão para contar a história de Grimm. O aluno era grande com bastantes figuras coloridas, os quais os alunos ficaram atentos tanto as

figuras quanto a historinha. O aluno "M" estava bem próximo a professora, observando cada figura. A professora sempre fazia perguntas sobre o que já tinha contado da historinha e o aluno "M" sempre respondia. Após a explicação da historinha, todos voltaram aos seus lugares para a realização de um bingo com as letras do alfabeto (A-B-C-D-E-F-G-H-I-J-L-M-N-O-P-Q-R-S-T-U-V-X-Z). Antes da brincadeira cantou uma música juntamente com os alunos envolvendo as letras do alfabeto. Na realização do jogo, cada letra que a professora tirava. O aluno "M" não precisava da ajuda da professora, pois conhece as letras e sabia quando tinha ou não na sua cartela. Depois fez um ditado com cinco palavras e na realização dessa atividade o aluno "M" tinha a atenção e a ajuda devida da professora. Após o recreio a professora fez a correção do ditado e em seguida a mesma mandou todos pegarem o caderno de caligrafia e abrirem em tal página. O aluno "M" identifica qual o material, mas não identifica números altos, ou seja, a partir de 20 tendo assim ajuda da professora ensinando-o.

05/11/10

A professora mais uma vez reuniu os alunos sentados no chão para fazer a leitura do livro "Vira-lata e pá-virada". Os alunos ficaram atentos não só a leitura feita pela professora como também aos desenhos coloridos, entre eles o aluno "M". Em seguida, houve a discussão sobre a história lida. Após a discussão, foram distribuídos diversos livrinhos com pequenas historinhas. Primeiramente os alunos leram em suas carteiras, e em seguida foi chamando um por um para fazer a leitura com a professora. Na vez do aluno "M" a professora pede pra ele falar cada letra contida na palavra, o mesmo responde corretamente, mas na junção de duas letras, ou seja, a sílaba ele sente dificuldades, tendo assim a ajuda da professora. Em seguida, foi feita uma atividade do livro de português. No decorrer da atividade, o aluno "M" recebe a ajuda, a atenção e o acompanhamento sempre da professora.

08/11/10

Neste dia o aluno "M" não compareceu a aula.

09/11/10

A professora iniciou a aula tomando a leitura de cada aluno sobre a história da múmia. Muita das vezes, o barulho acaba dificultando a aprendizagem dos alunos e principalmente do aluno "M", pois o mesmo com qualquer coisa fica distraído. Em seguida, a professora passou um ditado de palavras. Antes de dá inicio a atividade, a professora desenhou uma tabela (abaixo) para ir mostrando as letras que contém em cada palavras dita por ela. Ao falar a palavra o aluno "M" tentava fazer, mas suas letras não são bem compreensivas, sendo mais riscos. Qualquer coisa feita por ele na realização da atividade é motivo para esta sempre chamando a professora para mostrar, a qual sempre o elogiava por tudo que fazia, mesmo sem esta muito compreensiva. A professora sempre o ajuda em todas as atividades feitas em sala de aula.

a	e	i	O	u
A	E	I	O	U

an	en	in	On	un
AM	EM	IM	OM	UM
l	m	d	N	s
L	M	D	N	S
z				
Z				

Foram ditas pela professora cinco palavras com o som de “Z” e “S”. Logo após a atividade, os alunos foram a aula de Educação Física.

Na aula de educação física, o aluno “M” não gosta de participar muito da aula, após alguns minutos de aula, ele diz que esta cansado e tonto. Neste dia a brincadeira era em fila, onde cada um tinha sua vez e depois voltava ao final da fila. O aluno “M” não gosta de enfrentar fila para esperar sua vez novamente, querendo sempre entrar na frente dos demais e quando acontece de ficar no final da fila, começa a empurrar os coleguinhas. O professor chama sempre a sua atenção, mas com alguns minutos começa a fazer tudo novamente e isso acaba atrapalhando um pouco do professor dá a sua aula. Segundo o professor, “M” na aula de educação física deveria ter uma pessoa auxiliando-o e incentivando-o o mesmo na aula, porque fica difícil com uma turma de 30 alunos de 6 anos de idade e ainda com “M” acaba atrapalhando um pouco, pois os demais vendo o comportamento dele, querem fazer o mesmo.

10/11/10

A professora iniciou a aula com o ditado de palavras, dando continuidade com as palavras com o som de “Z” e “S”, mostrando as letras na tabela para a formação da palavra. O aluno “M” sente dificuldade em formar a palavra, mas sempre a professora esta o acompanhando. Em seguida, a professora mandou pegar o livro de português para responderem a atividade. O aluno “M” identifica o material pedido pela professora, mas não a página com números altos.

11/11/10

O aluno “M” não compareceu a aula.

12/11/10

A professora iniciou a aula passando no microsistem a música da cigarra e a formiga. Em seguida, fez a leitura do livro “a cigarra e a formiga”. Logo após distribuiu desenhos da cigarra e da formiga para os alunos pintarem. O aluno “M” identificou o desenho da formiga e o da cigarra e também conhece algumas cores, como, azul, vermelho, branco, amarelo e preto, mas não tem uma boa coordenação motora.

Em seguida, os alunos foram à aula de informática, mas não havia internet. A professora da sala de aula juntamente com a professora de informática fizeram um ditado de palavras no Word. Logo após, deram uns livrinhos com pequenos textos para os alunos irem olhando e digitando. O aluno “M” olhava a letra no livrinho e logo identificava na tecla do computador e

digita, e assim ia formando o texto, não só ele, como os demais também, os quais também sempre tinham a atenção das professoras.
Após o recreio a professora pediu para pegarem o livro de matemática para responderem a atividade de dezenas e unidades. Antes de responderem a atividade, a professora explicou no quadro, o aluno "M" ficou atento a explicação, mas na realização da atividade não só ele como os demais também tiveram a ajuda da professora ao responder.
Em seguida, a professora levou os alunos para o pátio, onde formaram três grupos de quatro para a realização de um jogo com palitinhos. Cada palitinho tinha uma letra do alfabeto. Cada aluno tinha que puxar um sem mexer os demais, e falava a letra que tinha em cada palitinho, quem mexesse passava a vez para o coleguinha. O aluno "M" não conseguia puxar sem mexer os demais, mas a professora pediu pra ele pegar mais de um palitinho e cada palito que puxava respondia corretamente a letra que continha. No término da brincadeira cada aluno fez a contagem de palitinhos que conseguiu e "M" conseguiu cinco palitinhos e fez a contagem corretamente.
Nesse jogo envolvendo não só o português como a matemática também.

16/11/10
O aluno "M" não compareceu devido ao feriado da segunda, pois a família viajou pra Própria.

17/11/10
A professora iniciou a aula com a atividade do livro de português, onde leram as palavras e em seguida, colocaram a quantidade de letras e sons contidos em cada palavra. Depois responderam a cruzadinha de palavras no livro. Antes de responder a cruzadinha no livro, a professora desenhou do mesmo jeito no quadro, onde alguns alunos foram chamados ao quadro para responder, entre eles, o aluno "M" o qual respondeu corretamente, mas com a ajuda da professora. Após o recreio foram à aula de educação física, onde o aluno "M" participou um pouco com a exigência do professor.

18/11/10
Iniciou-se com a atividade no livro de português. Enquanto copiavam um texto do livro no caderno, a professora ia chamando um por um para fazer a leitura de livrinhos com pequenos textos com diversos temas. O aluno "M" fez a leitura com a ajuda da professora. Em seguida, fizeram ditado de palavra, onde a professora cada aluno quando sentia dificuldades, entre eles o aluno "M". Logo após, responderam mais uma atividade no livro de português, onde os alunos tinham que completar a palavra com a letra que faltava. A professora falava a letra que faltava pra o aluno "M" e ele colocava corretamente.

19/11/10
No inicio da aula, a professora distribuiu os mini-livrinhos para pegar a leitura de cada aluno. Na vez do aluno "M", ele falava as letras e juntamente coma professora ele falava o som de duas letras juntas e em seguida junto com a professora o mesmo falava a palavra. Em seguida responderam a atividade do livro de português. O aluno "M" respondeu a atividade tendo sempre o acompanhamento da professora. Logo após, foram a aula de informática, onde mais uma vez estava sem internet. As professoras deixaram os alunos fazer desenhos no programa

Word Paint, desenvolvendo assim, a coordenação motora e principalmente do aluno “M”. Após o recreio a professora levou os alunos para o pátio, onde desenvolveu um jogo. O jogo era formado em dois grupos. Cada aluno dos grupos tinha uma letra das vogais, sendo que as mesmas letras que tinha no grupo 1 eram as mesmas letras que tinha no grupo 2. No centro dos grupos tinha uma bola, quando a professora falava uma das letras das vogais, os alunos dos grupos 1 e 2 que tinha essa letra, corria para pegar a bola, quem pegasse primeiro o grupo ganha um ponto.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSORA DA SALA DE RECUSROS)

IDENTIFICAÇÃO

NOME: “K”

IDADE: 46 anos.

1 – Quantos alunos com Síndrome de Down foram incluídos na sala de aula?

Um aluno.

2 – Quais os pontos positivos e negativos deste método de incluí-los na sala de aula?

Positivos – Desperta no aluno o desejo e iniciativa de buscar novos conhecimentos, partindo da sua vivência e experiência própria, considerando a descoberta de suas potencialidades, através do lúdico e de atividades de seus interesses.

Negativos – Não existe uma equipe multidisciplinar, nem acompanhamento e reconhecimento familiar em apoiar e reconhecer o nível de conhecimento de cada filho.

3 – Como é o sistema de avaliação deste aluno? Você utiliza algum recurso para facilitar a aprendizagem dele (a)? Qual?

O sistema de avaliação é lento, pois ele tem algumas dificuldades em lidar com o computador e brincar com alguns tipos de jogos. Os únicos recursos usados na sala de recursos são somente os computadores e jogos diversos, o qual aprende lentamente.

4 – Os resultados são satisfatórios?

Sim, pois o aluno ao chegar na sala de recursos não sabia nada com relação ao computador, nem se quer saber pegar no mouse. Hoje em dia ele sabe desenhar, saber controlar o mouse, clicar quando preciso com o direito e esquerdo, etc. Com relação aos jogos, o mesmo sabe brincar com alguns, já com outros tipos de jogos mais dificultoso esta em processo de aprendizagem. Diante disso, acredito que os resultados são bastante satisfatórios.

5- Como se comportam na sala de aula?

Dependendo da motivação, é participativo, às vezes demonstram lentidão e fadiga. Mas são comportados na sala de aula.

6 – Esses alunos são bem aceitos pelos coleguinhas?

Sim.

7 – O que se sabe sobre os pais do seu aluno e estes se interessam pelo desenvolvimento de aprendizagem do mesmo?

A mãe busca exclusivamente o desenvolvimento do filho, enquanto do pai não demonstra interesse para o bom desenvolvimento do seu filho.

8 – Você é a favor desse processo de inclusão? Por quê?

Sim. Porque valoriza o aluno, fazendo parte e usufluindo de todos os direitos destinados ao aluno como todo, considerando os direitos e deveres iguais.

9 – Na sua opinião, o que realmente quer dizer INCLUSÃO?

É o processo onde o aluno terá condições de ser inserido no sistema educacional, não dando ênfase e sim trabalhando as suas individualidades de uma forma sistemática, valorizando o desempenho, ou seja, a potencialidade do mesmo.

10 – Desde quando você trabalha com essa clientela?

Há 10 anos.

11 - Você sente dificuldades em ensinar esse aluno? Qual?

Somente na questão de aquisição de materiais que possam estar acompanhando a faixa etária, relacionando ao desenvolvimento intelectual.

12 – Quais as dificuldades encontradas pelo aluno com Síndrome de Down em sala de aula?

A concentração, memorização e às vezes se dispensa com facilidade.

13 – Qual a sua formação profissional?

Pedagogia.

14 – Tem alguma especialização? Qual e onde fez?

Sim. Especialização em orientação educacional, pós-graduação em psicopedagogia Institucional e Clínica. Faculdade Pio Décimo.

15 – Caso tenha feito algum curso/treinamento sobre deficiência. Quais?

Síndrome genética, deficiência mental, currículo funcional e Tecendo saberes sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado).

16 – Qual a finalidade da sala de recursos?

Favorecer o desenvolvimento através do atendimento especializado, priorizando as necessidades na área da cognição social, na área de comportamento e principalmente na elevação da auto-estima, contribuindo para o bom desempenho da aprendizagem e das habilidades, onde o aluno demonstra maior potencialidade.

17 – Desde quando funciona a sala de recursos?

Desde de 2000.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSORA DA SALA DE AULA)

IDENTIFICAÇÃO
NOME: "L"
IDADE: 33 anos.

1 – Quantos alunos com Síndrome de Down foram incluídos na sala de aula?
Um aluno.

2 – Quais os pontos positivos e negativos deste método de incluí-los na sala de aula?

Positivos – Por muito tempo essa clientela de alunos ficava restrita a escolas especializadas, como APAE. A inclusão de um aluno com Síndrome de Down oportuniza o exercício do respeito à diferença, além de possibilitar a aprendizagem desse aluno e dos demais, sendo que cada um no seu ritmo. Já que todos estão em processo de alfabetização.

Negativos – Durante todo período em que este aluno freqüenta as minhas aulas, não houve por parte da Secretaria de Educação a preocupação de propiciar-me a um momento de formação. De uma forma geral é como se a inclusão existisse somente na sala de aula.

3 – Como é o sistema de avaliação deste aluno? Você utiliza algum recurso para facilitar a aprendizagem dele (a)? Qual?

É processual como a dos demais alunos, já que se trata de uma turma de 1º ano. No início foi preciso fazer atividades diferenciadas para ele e atividades lúdicas que envolvessem todo o grupo.

4 – Os resultados são satisfatórios?

Acredito que sim, já que o aluno iniciou o processo de alfabetização na minha turma e atualmente reconhece todas as letras do alfabeto, esforça-se em escrever com letra cursiva e começa com intervenção. Porém o maior ganho foi a sua socialização com os colegas da sala e com os demais alunos da escola, respeitando e sendo respeitado.

5- Como se comportam na sala de aula?

Inicialmente foi necessário trabalhar os limites desse aluno, já que se trata da primeira vez que estava regularmente, era preciso delimitar regras e fazer com que fossem cumpridas. Atualmente já está adaptado, sendo necessário regular e relembrar as regras do grupo.

6 – Esses alunos são bem aceitos pelos coleguinhas?

Não apenas aceito, como também respeitado e tratado como membro do grupo.

7 – O que se sabe sobre os pais do seu aluno e estes se interessam pelo desenvolvimento de aprendizagem do mesmo?

Há uma discordância entre pais, enquanto a mãe interessa-se pela aprendizagem do filho, não medindo esforço para melhoria do seu desenvolvimento, buscando tratamento como (psicólogo, fonoaudiólogo hidroginástica, etc) e às vezes até superprotegendo, o pai o rejeita, sendo agressivo com ele, segundo relato do próprio aluno e de pessoas próximas.

8 – Você é a favor desse processo de inclusão? Por quê?

Sim. Quando o aluno chegou na escola, fui eu que pedi que ficasse na minha turma, já que seria encaminhado para uma Tuma de repetentes. Eu decidi enfrentar o desafio. Porém, acredito que a INCLUSÃO deve ser um processo coletivo, toda escola deve estar envolvida, bem como, tendo o apoio técnico da Secretaria de Educação, algo que não existe.

9 – Na sua opinião, o que realmente quer dizer INCLUSÃO?

10 – Desde quando você trabalha com essa clientela?

É a primeira vez.

11 - Você sente dificuldades em ensinar esse aluno? Qual?

A única dificuldade encontrada é que ensino uma turma de alfabetização que às vezes requer uma atenção individualizada, é preciso ter equilíbrio para não negligenciar a aprendizagem de todos.

12 – Quais as dificuldades encontradas pelo aluno com Síndrome de Down em sala de aula?

Inicialmente foi a adaptação e às vezes é o de acompanhar o ritmo com os demais alunos, sendo necessário uma atenção maior da minha parte, pois ele perde a concentração facilmente.

13 – Qual a sua formação profissional?

Pedagogia.

14 – Tem alguma especialização? Qual e onde fez?

Sim. Psicopedagogia Institucional e Clínica. Faculdade. Pio Décimo.

15 – Caso tenha feito algum curso/treinamento sobre deficiência. Quais?

Nunca fiz.